



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL EM RESERVAS EXTRATIVISTAS

JOSÉ OTÁVIO VALIANTE; OSMAR SIENA;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

PORTO VELHO - RO - BRASIL

siena@unir.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agropecuária, Meio-Ambiente, e Desenvolvimento Sustentável

Produção Sustentável em Reservas Extrativistas

Grupo de Pesquisa: Agropecuária, Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Resumo

Este trabalho discute questões relacionadas à produção sustentável em Reservas Extrativistas (RESEX). Com a finalidade de identificar temas prioritários foi aplicada a ferramenta Brainwriting 6-3-5, tendo como pano de fundo a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto/RO, com uma equipe de técnicos do IBAMA em Guajará-Mirim/RO e representantes da comunidade da RESEX. Em um segundo momento foi aplicado um questionário de levantamento de dados da produção atual das Unidades Familiares da comunidade Nossa Senhora dos Seringueiros, uma das dez que compõem a RESEX do Rio Ouro Preto. O estudo indicou que a simples criação de RESEXs não se mostra suficiente para a sustentabilidade econômica, social e ambiental das unidades e sua população. Mostrou também que o extrativismo precisa ser incrementado na comunidade em estudo para melhoria da renda e da qualidade de vida da população envolvida. Para tanto a elaboração de um Plano de Manejo para a RESEX Rio Ouro preto se torna ferramenta indispensável e urgente, para possibilitar a identificação e mensuração do potencial de produtos do extrativismo.

Palavras-chave: Reservas Extrativistas, Produção Sustentável, Renda, Extrativismo.

Abstract



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



This work argues questions related to the sustainable production on the Extractive Reserve (RESEX). With the purpose to identify priority topics, it was applied the Brain-writing 6-3-5 tools, using as a sustainable element the Extractive Reserve of Rio Ouro Preto, RO; with a technical team of the Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA) located in municipality and representatives of the community of RESEX. In a next stage, was applied a data-collection questionnaire concerning the current production of the Familiar Units of the community Nossa Senhora dos Seringueiros, one of ten that compose the RESEX of River Ouro Preto. The study indicated that the simple creation of RESEXs does not reveal enough economical, social, and ambient support for the units and its population. It also demonstrated that the extractivism needs to be developed at the community, related to improvement studies to increase the incomes and the life quality of the concerned population. Indeed the elaboration of a Handling Plan for the RESEX Rio Ouro Preto becomes the indispensable and urgent tool to make the measure and identification of the potential of extractivism products possible.

Key words: Extractive Reserve, Sustainable Production, Income, Extractivism.

1 Introdução

As populações tradicionais encontram-se organizadas como agrupamentos de pequenos produtores, antigos moradores de áreas hoje protegidas ou atraídas por uma atividade econômica aparentemente rentável. Para elas, a natureza tem papel relevante na definição e desenvolvimento de modos de vida específicos, geralmente em sintonia com as regras básicas do ecossistema florestal e aquático. Dessa forma, adquirem conhecimentos dos ciclos biológicos da natureza e desenvolvem tecnologias simples porém adaptadas ao seu modo de vida e à lógica do meio ambiente. Essas comunidades desenvolvem uma cultura própria, rica de saberes que envolvem as leis da natureza (DIEGUES, 2001).

Segundo Terborgh e Schaik (2002) existe uma aceitação da idéia de que a humanidade tem a obrigação moral de dividir o planeta com outras formas de vida. Segundo os referidos autores, essa obrigação moral tem sido reconhecida por, muitos governos sob a forma de áreas protegidas, legalmente constituídas.

Refletindo de certa maneira esta realidade, o Código Florestal Brasileiro de 1965 criou uma série de categorias de reservas, dividindo-as em dois grandes grupos: áreas onde não se permite a exploração de recursos naturais - parques (nacionais estaduais e municipais) e as reservas biológicas; e, áreas onde se permite o uso dos recursos naturais apenas para fins de pesquisa, como é o caso das florestas nacionais estaduais e municipais.

Em 1990, após anos de lutas do movimento dos seringueiros é que se criam as Reservas Extrativistas, consideradas áreas na floresta, definidas de interesse ecológico e social, destinadas à exploração sustentável dos recursos naturais renováveis, mediante contrato de concessão de uso. São Unidades de Conservação, onde uma regra particular procura garantir o uso econômico sustentável das florestas. Mas a sua regulamentação final e integrada com os demais tipos de reservas ocorreu apenas em 2000. A Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC's). Estabelece dois tipos de UC's: Unidades de Proteção Integral; e Unidades de Uso Sustentável.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Entre as últimas estão as seguintes categorias: Áreas de Proteção Ambiental (APA's); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e, Reserva Particular do Patrimônio Natural.

As RESEXs representam uma inovação no âmbito das Unidades de Conservação (UCs), tanto por serem fruto das reivindicações dos seringueiros e extratores, como por definirem uma nova forma de ordenamento fundiário, resultando na definição de uso da terra cuja exploração dos recursos naturais deve ser de forma sustentável.

As UC's surgem como resultados de políticas ambientais independentes do processo desenvolvimentista, essencialmente após os anos 1960. Inicialmente as UC's eram baseadas em ilhas estratégicas de conservação de biodiversidade, de uso indireto. Com o crescente movimento ambientalista mundial aliado ao crescente movimento das populações tradicionais, em especial de seringueiros, excluídas do processo de desenvolvimento, ganham destaque as UC's de uso direto, em particular, as RESEXs (HALL, 2000).

Denomina-se reserva extrativista uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada através da concessão de uso, transferida pelo Estado para associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações através de projetos de saúde e educação (IEA, 1989).

Hall (2000), admite que as UCs obtiveram algumas realizações promissoras, mas enfatiza a existência de uma incógnita sobre seu potencial de proteção ambiental, em virtude de sua limitada abrangência e essencialmente pela força poderosa do desenvolvimento. Portanto, há a necessidade premente de implementação de novas UCs, em particular as de conservação produtiva e conseqüentes avaliações de seus potenciais.

No contexto do Sistema SNUC, as RESEX representam uma das melhores categorias que estão em consonância em atender aos objetivos e conquistas sociais aliadas à conservação ambiental, uma vez que, além de permitirem a presença humana no interior de seus limites, tem ainda um pressuposto de criação, representando a conquista de um grupo social na redistribuição de determinado território.

Uma dificuldade enfrentada pela população inserida em RESEX está no aspecto econômico, que vem se apresentando como um desafio na definição de políticas públicas e privadas e nas ações desenvolvidas pelos moradores das RESEX e seu entorno, no sentido de conciliar as relações econômicas com a proteção ao ambiente natural.

Este estudo discute o tema produção sustentável em RESEX, especificamente o caso da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, criada pelo Decreto N° 99.166, de 13 de março de 1990, localizada no município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. Conforme informações das duas associações de moradores existentes na RESEX Rio Ouro Preto, ASAEX e ASROP, a produção atual consiste em agricultura e pecuária de subsistência. As comunidades produzem farinha de mandioca, arroz, milho e feijão e extraem, em pequena escala, borracha, castanha e copaíba. Há informações, das mesmas associações, sobre projetos de apicultura e extração de óleos vegetais em um curto prazo.

2 Perspectivas da Produção Sustentável em Resexs



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



A produção extrativista, ou extrativismo, é definida por Lescure (2003) como os sistemas de exploração dos produtos da floresta voltados para a venda em mercados regionais, nacionais ou internacionais, tal como tem sido praticada por mais de um século, caracteriza-se pelo nível reduzido de investimento e pela utilização de tecnologia rudimentar. A força de trabalho humana permanece o principal instrumento de extração, transporte e transformação dos produtos.

Sobre valorização dos produtos extrativistas Lescure (2003) afirma que os preços, como exemplo o da borracha, têm sido mantidos com as vantagens proporcionadas pelos subsídios governamentais. Uma abordagem similar poderia ser efetivada relativamente a outros produtos oriundos das práticas extrativas. Outra opção envolveria a criação de novos mercados, fazendo apelo aos consumidores conscientizados do ponto de vista ecológico – o “mercado verde”. Alguns esforços nessa direção já foram desenvolvidos tendo em vista a promoção de atividades extrativas. Uma das maneiras de se aperfeiçoar o sistema seria considerar o valor agregado proporcionado pelo processamento local de produtos tais como sementes, em fábricas orientadas para o processamento local. Além disso, novos objetos de artesanato poderiam ser produzidos com base em conhecimento tradicional, tais como tecelagem fazendo uso de fibras existentes no local, ou móveis produzidos com os vários tipos de cipó. Por isso, pesquisa suplementar e experimentos voltados para a identificação de novas formas de incremento de valor dos produtos e de distribuição mais eficiente dos lucros entre os diferentes atores das RESEX são certamente necessários (LESCURE, 2003).

Durante alguns anos, a questão do papel exercido pelo extrativismo no processo de desenvolvimento regional deu origem a inúmeras controvérsias entre grupos sociais que defendiam dois pontos de vista distintos. Para um deles, as margens reduzidas de lucro, os saldos precários dos recursos apropriados, o âmbito restrito dos mercados, a competição exercida pelos produtos sintéticos ou a disponibilidade de produtos oriundos de plantações industrializadas, somada à marginalização crescente dos atores sociais, tudo isso justificaria a condenação do extrativismo, que passou a ser considerado como um modelo de exploração dos ecossistemas amazônicos carente de valor prático. Para o segundo grupo, pelo contrário, a utilização unilateral de argumentos econômicos não justifica este julgamento (LESCURE, 2003).

O aspecto ecológico do extrativismo, que explora o valor intrínseco da floresta, opõe-se à degradação causada pela adoção de políticas regionais de gestão que promovem novos esquemas de desenvolvimento baseados em áreas de pastagem e núcleos agrícolas pioneiros. Os protagonistas desse segundo ponto de vista sugerem a criação de reservas extrativistas, no âmbito das quais seriam implementadas práticas de gestão diretamente voltadas para a satisfação das necessidades socioculturais dos povos que habitam a floresta e capazes de, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade do ecossistema. Este novo conceito tenderia a favorecer a evolução do extrativismo no sentido de um instrumento de suporte econômica e socialmente viável. Tais reservas extrativistas reconheceriam também os direitos dos produtores a disporem de seus meios de subsistência, ou seja, a floresta (LESCURE, 2003)..

Nas áreas de RESEX, a busca por alternativas produtivas que sejam economicamente sustentáveis perpassa avaliações de impacto ambiental que garantam a sustentabilidade ambiental do investimento, principalmente no tocante ao nível de desflorestamento decorrente da atividade a ser implementada. Nesse sentido, se já é preocupante o tamanho da área desmatada em toda a Amazônia, mais ainda é a constatação do aumento da taxa de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



desmatamento dentro das RESEX. Isso evidencia que a implementação de forma singular de políticas de comando e controle, corporificadas nas RESEX, não são suficientes para viabilizá-las, pois além de não garantirem a manutenção dos extrativistas, não estão contendo o desflorestamento. Ademais, percebe-se que nessas áreas, ao invés da conservação do meio ambiente, o que se está conservando são os baixos rendimentos, oriundos de sua atividade econômica principal, o extrativismo vegetal.

Essa opção pela manutenção do extrativismo continua alimentando o debate entre correntes de pensamento. Alguns autores, como Homma (1989), enfatizam que o extrativismo vegetal está fadado ao extermínio no médio e longo prazo em virtude do que já vem acontecendo, em relação ao desmatamento dentro das Reservas Extrativistas. Por outro lado, há autores, tais como Kageyama (1996) e Rêgo (1996), que defendem a viabilidade do extrativismo a partir de alternativas factíveis com base em um novo sistema de produção denominado Neoextrativismo. Segundo Rego (1996: p.1) “[...]o sistema neoextrativista supõe a construção de uma nova base técnica ou um desenvolvimento técnico por dentro do extrativismo, subordinado aos padrões e exigências sócio culturais dos seringueiros[...]”. Um ponto comum entre todos é a afirmação sobre o imenso atraso tecnológico existente nas regiões extrativistas e a necessidade urgente de superação desse entrave para um efetivo desenvolvimento.

Nota-se que uma das premissas básicas para a sustentabilidade das RESEXs é a implementação de instrumentos econômicos que estimulem alternativas produtivas que promovam o processo de inovação tecnológica. Pois, conforme Schumpeter (1984), a inovação é o motor do desenvolvimento, constituindo-se no elemento fundamental de mudança econômica do mundo atual. Destarte, Dosi (1984), enfatiza que no processo de busca e seleção dentro da dinâmica concorrencial capitalista a inovação assume lugar de destaque no sentido de diminuir as incertezas inerentes a esse processo seletivo.

Na busca de alternativas produtivas sustentáveis para as RESEX, aquelas que promovam inovações no processo produtivo das atividades existentes – cujo atraso tecnológico está, essencialmente, na raiz do processo – necessitam particular atenção, pois notadamente estão intimamente relacionadas com a forma de exploração (manejo) da floresta e sua preservação.

O ponto nevrálgico para um efetivo desenvolvimento sustentável na Amazônia é o nível de desempenho econômico da produção de origem florestal sustentável face aos sistemas convencionais de exploração. Conforme Becker (2001, p. 18):

A questão do desenvolvimento florestal com sustentabilidade não se deve resumir à questão do desmatamento e sim às potencialidade para competir. [...] O lucro da agricultura e da extração da madeira é tão poderoso que o desmatamento continuará mesmo que a política florestal procure incrementar a lucratividade e sustentabilidade do manejo florestal. [...] Soma-se ao poder econômico da madeira, o poder político.

Num contexto como este, as reservas extrativista desempenham papel fundamental. As reservas extrativistas tiveram sua importância sócio-econômica e ambiental ressaltada a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que determinou como seus objetivos básicos a proteção dos meios de vida e cultura das populações extrativistas tradicionais e a garantia do uso sustentável dos recursos naturais. Há defensores da



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



viabilidade econômica das reservas extrativistas; a grande diversidade de produtos e serviços ambientais prestados pelas florestas pode ser a chave para conciliar o uso e conservação dos recursos naturais (ALLEGRETTI, 1995). O extrativismo moderno, baseado no uso múltiplo da floresta, seria um conjunto de atividades econômicas desenvolvidas por grupos sociais organizados e que incluiria a incorporação de tecnologias e agregação de valor aos produtos (SANTOS; CÂMARA, 2002). Assim, ainda que necessitando de aprimoramentos nos processos produtivos, a manutenção das populações extrativistas nas reservas seria econômica e ecologicamente viável (CASTELO, 2000).

3 Materiais e Métodos

Num primeiro momento, com a finalidade de identificar temas prioritários, foi elaborada uma ficha para a geração de idéias junto a pessoas envolvidas com a RESEX do Rio Ouro Preto. Participaram da reunião, ocorrida na sede do escritório regional do IBAMA em Guajará-Mirim/RO, o chefe da RESEX Rio Ouro Preto, o chefe da RESEX Barreiro das Antas, dois analistas ambientais vinculados à RESEX Rio Ouro Preto e dois moradores representantes da mesma reserva.

Foi aplicada a ferramenta Brainwriting 6-3-5 para a geração de idéias acerca de um problema proposto.

Esta ferramenta desenvolvida na Europa nos anos 70 (KING; SCLICKSUPP 1999) é um mecanismo alternativo para gerar um grande número de idéias. A questão proposta, que serviu de base para a formulação das idéias, foi: Como equilibrar as ações propostas por gestores com os anseios da população residente na RESEX?

Para a aplicação da ferramenta, foi realizada uma síntese do objetivo da pesquisa e feito uma breve explanação da metodologia. Foram obtidas como resultados 101 idéias propostas pelos participantes.

Após a coleta das informações e geração de idéias, foi realizada uma síntese dos dados para identificar as idéias que mais se destacaram na visão dos especialistas e moradores consultados, sendo selecionadas aquelas mais relevantes, considerando o problema proposto.

Constam na figura 1 as principais idéias geradas e suas respectivas freqüências de citação.

| | Idéias | Freqüência |
|---|---|-------------------|
| 1 | Discutir produção sustentável – diversidade de produtos, agregação de valor, comercialização, uso de tecnologias, associativismo, cooperativismo. | 32 |
| 2 | Participação da comunidade tradicional da RESEX nas propostas de gestão | 14 |
| 3 | Capacitação dos gestores | 10 |
| 4 | Envolver a população com seu ideal | 9 |
| 5 | Plano de manejo | 9 |
| 6 | Discutir direitos e obrigações | 6 |
| 7 | Elaborar e fiscalizar normas de convivência | 6 |



| | | |
|----|--|---|
| 8 | Assistência em saúde aos moradores da reserva | 5 |
| 9 | Trabalhar educação ambiental com a população tradicional | 5 |
| 10 | Criação e atuação do conselho deliberativo | 4 |

Figura 1 - Principais idéias geradas com moradores e colaboradores da RESEX Rio Ouro Preto, com aplicação da ferramenta Brainwriting 6-3-5.

Fonte: Pesquisa de campo.

Em um segundo momento, foi selecionada a comunidade Nossa Senhora dos Seringueiros, uma das dez que compõem a população extrativista da RESEX Rio Ouro Preto. Esta comunidade abrange oito famílias, para as quais foi aplicado um questionário de Cadastro da Unidade Familiar com a finalidade de se ter um levantamento da produção atual, bem como da renda de cada família da comunidade.

4 Resultados e Discussão

4.1 Discussão das Premissas Apontadas pela Equipe Consultada

Analisando a Amazônia dentro de sua aptidão ecológica e da exploração agrícola sustentável, tanto em solos de terra firme como em várzea, Valois (2003, p.27) afirma que as culturas perenes, a exploração florestal madeireira e não madeireira, a agrofloresta, a pecuária e as culturas anuais podem ser exploradas no contexto da sustentabilidade, tendo como base “[...] um zoneamento ecológico bem criterioso, de modo a possibilitar bom ordenamento territorial, utilização das áreas já desmatadas, áreas de cerrados e várzeas altas de preferência, em atenção ao código florestal e leis ambientais.”. O referido autor aponta a necessidade de se diversificar a produção, mas dentro de suas potencialidades, destacando diversas culturas agrícolas, exploração florestal e agroflorestal, plantas medicinais e ornamentais, aqüicultura, o extrativismo de produtos não madeireiros, entre outras atividades características e potenciais da Amazônia.

Apesar de muito esforço no sentido de viabilizar economicamente a atividade extrativista, este modelo tem sido questionado com frequência. Almeida (2003) considera que é provável que o extrativismo prevaleça por um longo tempo, pelo menos para aqueles recursos que apresentam grande estoque. A ênfase nesse caso, continua Almeida, é o buscar a melhor forma de extração, agregação de valor, melhorar os processos de comercialização e evitar o desperdício. Esse é um dos desafios para os moradores extrativistas. Nesta perspectiva, a organização dos produtores em associações e cooperativas para melhor utilização econômica das RESEX é fundamental. Para Almeida (2003), as RESEX, por constituírem um experimento social, estão afetas a riscos e incertezas e que as formas de apropriação dos recursos naturais para o desenvolvimento das atividades econômicas exigem



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



um processo coletivo de reflexão e ação visando coesão social em torno de um projeto comum.

A segunda premissa levantada diz respeito à “Participação da comunidade tradicional da RESEX nas propostas de gestão”. O Art. 5º da lei do SNUC trata das diretrizes que norteiam a gestão do sistema. No inciso III é destacado que essas diretrizes devem assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação. O inciso V fala que devem ser incentivadas a população local e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional. O Art. 18 define a Reserva Extrativista como uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo. O parágrafo 2º do Art. 18 diz que a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.

Segundo Fearnside (1989), as reservas são administradas em regime de propriedade comum. Ainda que não parceladas em lotes individuais, as famílias detêm o direito de explorar os recursos em seus territórios tradicionais no âmbito da reserva.

Para Almeida (2003), diversas comunidades no interior da Amazônia têm como fonte de subsistência o extrativismo, tanto nas reservas estabelecidas, quanto fora delas. Existe, na visão do referido autor, uma população extrativa cujos cidadãos devem ter o direito às aspirações de melhoria de sua qualidade de vida, cabendo somente a eles o direito de decidir sobre o seu destino e futuro. As reservas extrativistas, continua Almeida, são unidades de conservação consideradas unidades básicas de produção que devem ser gerenciadas de forma participativa, com a finalidade de ordenar o uso dos recursos naturais, principalmente os oriundos do extrativismo, criando mecanismos para sua sustentabilidade econômica, social e ambiental. A condição de reserva extrativista assegura um domínio fundiário pela apropriação coletiva das terras, fortalecendo a coesão social dos agrupamentos comunitários.

A terceira premissa trata da “Capacitação dos Gestores” da RESEX Rio Ouro Preto. A sustentabilidade de unidades de conservação é atribuída às organizações sociais mediante um esforço de coesão social, integração setorial, arranjos produtivos e gestão compartilhada. Jara (2004) afirma que os elementos que sustentam os processos de planejamento interativo são o capital e qualidade social, com uma visão que incorpora a diversidade produtiva, ambiental, social, institucional e cultural dos diversos territórios. A formação do capital humano e fortalecimento do capital social, segundo Jará, tornam-se essenciais para a organização da sociedade no planejamento e gestão dos territórios. Metodologias participativas para construção de estratégias de planejamento do desenvolvimento local sustentável levam em consideração o capital humano e social. O capital humano envolve o valor dos recursos humanos, em suas atitudes, história, habilidades, costumes, educação, capacitação e uso do conhecimento. Desta forma, o fator humano deve estar em constante evolução. Assim, a educação e a capacitação são fatores primordiais para seu desenvolvimento. A capacitação dos gestores e a disseminação de técnicas de gestão na comunidade da RESEX são de fundamental importância para o uso racional dos recursos produtivos.

Como quarta premissa foi identificada a necessidade de “Envolver a população com seu ideal”.

Do ponto de vista sociológico e antropológico, a comunidade é formada por um conjunto de pessoas que tem um sentimento desenvolvido de pertencimento, portadoras de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



cultura e forma de informação baseada em fatores variados como linguagem, historicidade, economia, defesa, parentesco, etc. (SÁ FILHO, 1992). Como esse grupo é dotado de cultura e organizações holísticas e singulares, torna-se inócua toda atividade desenvolvida de fora para dentro quando são desconsideradas as suas características. É a partir desta constatação que se deve compreender as diferentes propostas de participação nos processos de planejamento, execução e avaliação de planos e projetos voltados para a comunidade.

A criação de Reservas Extrativistas significou um importante salto político em relação ao problema brasileiro de distribuição da riqueza nacional, permitindo o acesso a terra, à floresta, e seus atributos, ao mar e aos seus manguezais por produtores secularmente protegidos nos seus anseios de realização enquanto cidadãos. Por outro lado, essas conquistas impõem aos extrativistas e seus organismos de apoio um grande desafio que é o de, lastreado pelo ganho político, projetar e executar a realização econômica e social dessas populações dentro de princípios sustentáveis.

A importância de se elaborar um “Plano de manejo” foi indicado na pesquisa, como quinta premissa. Atualmente, 8,5% do território brasileiro está coberto por unidades de conservação (UC) federais e estaduais (MMA, 2002). Essas unidades são geridas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulamentada pelo Decreto lei no 9.985/2000. Dentre essas, encontram-se as Florestas Nacionais (Flonas) que são áreas de domínio público destinadas à utilização sustentável dos recursos naturais renováveis, à proteção dos recursos hídricos, a pesquisas e estudos, à educação ambiental e às atividades recreativas (Souza, 1994). Nessas áreas são permitidas a pesquisa científica com autorização prévia, a presença de populações tradicionais pré-existentes e a visitação (Brasil, 2002). O plano de manejo é um instrumento de grande importância, legalmente estabelecido para viabilizar os propósitos das unidades de conservação. É um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se faz o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão das unidades (CHAGAS et al., 2003).

Devido à diversidade e complexidade das funções a desempenhar pelas Unidades de Conservação, o Artigo 27 da Lei n. 9.985, do SNUC, estabelece a necessidade de um plano de manejo que deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Muito além de cumprir com a obrigação legal, os planos de manejo constituem um instrumento técnico imprescindível para ordenar as atividades produtivas das reservas, de forma eficiente e sustentável.

4.2 Produção Sustentável na RESEX do Rio Ouro Preto

Para efeito de discussão sobre produção sustentável em RESEX, foi feito um levantamento junto às oito Unidades Familiares pertencentes à Comunidade Nossa Senhora dos Seringueiros, pertencente a RESEX Rio Ouro Preto.

A média de idade das pessoas consultadas é próxima de 40 anos, variando entre 28 e 63 anos. Quanto à escolaridade dos responsáveis pela Unidade Familiar, os dados mostram que a maioria cursou até a 5ª série do ensino fundamental. Um deles cursa atualmente

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Educação de Jovens e Adultos e outro respondente cursa o Ensino Superior. Em média, as famílias são compostas por quatro integrantes entre adultos, jovens e crianças.

Quanto ao tamanho do lote nesta comunidade, todos são de 300 hectares. Todos os respondentes afirmam residir no lote. Todas as residências são construídas em madeira. dois moradores declaram ter energia elétrica fornecida por motores geradores. Os demais não têm energia elétrica e o poço amazônico é a fonte de água potável para a maioria dos respondentes.

Nenhum respondente informou sobre o valor da produção primária, declarando apenas a quantidade plantada e produzida de milho e arroz. O cultivo destes produtos é realizado por apenas duas famílias. Para efeito de mensuração da renda média anual da Unidade Familiar, foi atribuído um valor estimado para esta produção.

A comercialização desta produção representa o valor total de R\$1.000,00 e gera uma renda média por família de R\$125,00 e uma renda média per capita de R\$ 31,25 por ano.

Produção Primária

| | Produção (sacas) | Valor |
|-------|------------------|----------|
| Milho | 10 | 250,00 |
| Arroz | 15 | 750,00 |
| | Total | 1.000,00 |

Conforme os dados colhidos, a produção de produtos transformados está restrita a farinha de mandioca e estão sendo produzidas 650 sacas por ano pelas oito famílias da comunidade. Esta produção comercializada gera uma renda de R\$ 32.500,00. A produção média por família é então 81,25 sacas por ano, com uma renda média por família de R\$ 4.062,50 e uma renda média per capita de R\$1.015,62.

Produtos Transformados

| | Produção (sacas/ano) | Valor |
|---------|----------------------|-----------|
| Farinha | 650 | 32.500,00 |
| total | 650 | 32.500,00 |

Importante ressaltar aqui que a área de terra utilizada para o plantio de mandioca, de acordo com informação dos respondentes, é de 1 ha por Unidade Familiar, sendo que todas as famílias plantam mandioca e produzem farinha.

Para o extrativismo, que deveria ser a atividade principal da RESEX, os números apresentados são bem modestos. Das oito famílias da comunidade, seis extraem castanha, duas extraem seringa e uma o óleo de babaçu. Esta produção do extrativismo comercializada apresenta uma renda total anual de R\$ 5.404,00. A renda média por família então é de R\$ 675,50, sendo R\$ 188,87 a renda média per capita anual.

Extrativismo

| | Produção | Valor |
|----------|-----------------|----------|
| Castanha | 57 barricas/ano | 4.104,00 |
| Seringa | 200 kg | 700,00 |



| | | |
|---------------|-----|----------|
| Babaçu (óleo) | 501 | 600,00 |
| total | | 5.404,00 |

Para efeito de cálculo e análise da renda total das famílias foram consideradas também outras rendas, como aquelas provenientes de aposentadorias, bolsa família, etc., apesar de não terem ligação direta com a produção familiar. O total dessas rendas soma R\$ 1.534,00. Calculando-se a média, como nas demais rendas, tem-se R\$191,75 por família e R\$ 47,93 por pessoa, por ano.

Outras rendas

| | Valor (R\$) |
|-------------------------|-------------|
| Aposentadoria | 760,00 |
| Bolsa família | 94,00 |
| Auxílio maternidade | 480,00 |
| Ensino Jovens e Adultos | 200,00 |
| Total | 1.534,00 |

Na comparação entre as rendas de todas as fontes, nota-se que 80,5% da renda total anual da Unidade Familiar provem da comercialização de produtos transformados, neste caso a farinha de mandioca. A produção e comercialização de produtos primários corresponde a 2,4% da renda total anual. Os produtos do extrativismo, como borracha, castanha e óleo de babaçu, comercializados, contribuem com 13,4% da renda total e outras rendas apenas com 3,7% do total.

Comparação entre as diversas fontes de renda – anual (R\$)

| Fonte | Renda total - anual | Média por família | Média per capta |
|------------------------|---------------------|-------------------|-----------------|
| Produção primária | 1.000,00 | 125,00 | 31,25 |
| Produtos transformados | 32.500,00 | 4.062,50 | 1.015,62 |
| Extrativismo | 5.404,00 | 675,50 | 188,87 |
| Outras rendas | 1.534,00 | 191,95 | 47,93 |
| total | 40.438,00 | 5.054,95 | 1.283,67 |

Nota-se que a comunidade Nossa Senhora dos Seringueiros vem conseguindo sua renda em maior parte da agricultura, plantação da mandioca e transformação em farinha, o que tira o foco principal da RESEX, que é o extrativismo sustentável.

Conforme já citado, a Lei do SNUC considera Reserva Extrativista como área na floresta, definida de interesse ecológico e social, destinada à exploração sustentável dos recursos naturais renováveis, mediante contrato de concessão de uso, permitindo-se, portanto, o uso econômico sustentável da floresta, com a exploração racional dos recursos nela existentes.

Pelos dados apresentados nota-se que a população da RESEX não tem se valido deste direito de exploração. Cabe um estudo mais aprofundado no sentido de se encontrar as razões pelo não aproveitamento dos muitos recursos da biodiversidade florestal e aquática de uma RESEX deste porte.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



5 Conclusões

A formulação de políticas públicas no sentido de melhor aproveitamento econômico da RESEX Rio Ouro Preto, com justiça social e equilíbrio ambiental deve levar em consideração, como prioridade, o fator humano, refletido aqui na população que reside na RESEX e em seu entorno.

Dentro da visão dos moradores e colaboradores da RESEX, somente por meio de uma política alinhada às tradições, costumes, culturas, conhecimentos e anseios da comunidade local é que será formada a base para a exploração racional dos recursos da reserva, com maior participação social, no sentido de reduzir as pressões humanas sobre o ambiente natural.

O estudo indica que a simples criação de RESEX não se mostra suficiente para a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos moradores da RESEX Rio Ouro Preto. Compete a todos os atores envolvidos com a questão dotar essas reservas e as populações que nelas vivem e delas dependem, de condições adequadas, buscando fixar a população na RESEX, com equidade social e responsabilidade ambiental.

Para alcançar este nível de desenvolvimento, algumas medidas devem ser promovidas, como o incentivo à auto-gestão da RESEX, por meio de formação de associações e cooperativas. Outro fator relevante é o beneficiamento e a comercialização dos produtos da extração, buscando agregar valor à produção. Também relevante é a diversificação da produção, com o objetivo de reduzir os riscos e incertezas comuns quando ocorre a monocultura ou a produção de poucas culturas.

Outro aspecto também relevante como forma de apoio ao desenvolvimento da RESEX diz respeito a elaboração do plano de manejo, o que propiciará uma identificação de produtos do extrativismo, para exploração sustentável.

É preciso que os moradores da RESEX e seus colaboradores tenham consciência dos direitos, responsabilidades e deveres sobre a reserva extrativista, através da indução de um processo de co-gestão das ações empreendidas e da condução dos destinos da reserva.

Neste sentido estudos aprofundados devem ser desenvolvidos para que a população tradicional, dependente da RESEX do Rio Ouro Preto, tenha base para afirmar-se econômica e socialmente, explorando sustentavelmente mais do potencial florestal e aquático da RESEX, tendo mais facilidade para colocar a produção no mercado, melhorando assim a qualidade de vida de cada morador.

Referências

ALLEGRETTI, M. H. 1995. **The Amazon and extracting activities.** In: M. C. Godt; I. Sachs (eds.). **Brazilian Perspectives on Sustainable Development of the Amazon Region.** pp. 157-174. UNESCO. Paris.

ALMEIDA, Ana Maria Andrade Lima de. **Cidadania e sustentabilidade:** o caso da reserva extrativista do Médio Juruá – AM. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia). Centro de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, 2003.



- BECKER, Berta K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001. p. 5-28.
- CASTELO, C. E. F. **Avaliação econômica da produção familiar na Reserva Extrativista Chico Mendes no estado do Acre**. Cadernos de Pesquisas em Administração, 2000 1 (11): 58-64.
- CHAGAS, A.L.G. *et al* (Org.). **Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Florestas Nacionais**. Brasília: IBAMA, 2003. 56 p.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2003. .
- DOSI, G. **Technical change and industrial transformation**. Londres: Macmillan, 1984.
- FEARNSIDE, P. (1989). Extractive reserves in Brazilian Amazonia. **Biociencia**, 39 (6), jun.
- HALL, Anthony. Environment and Development in Brazilian Amazonia: From Protectionism to Productive Conservation. In: HALL, Anthony (ed.) **Amazonia at the crossroads: The challenge of sustainable development**. London: ILAS, 2000. p. 99 -114.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Reservas Extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia? **R. Pará Desenvolvimento**. Extrativismo vegetal e reservas extrativistas, Belém, n.25, p. 38-48, jan./dez. 1989.
- IEA. Instituto de Estudos Amazônicos. Plano de Trabalho. Curitiba: IEA, 1989.
- KAGEYAMA, Paulo. **Reserva extrativista: um modelo sustentável para quem?** São Paulo, 1996. 4 p. (trabalho apresentado na mesa redonda sobre Reserva extrativista dentro do programa da reunião anual da SBPC).
- KING, Bob, SCHLICKSUPP, Helmut. **Criatividade: uma vantagem competitiva** – Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- LESCURE, JP, PINTON, F., EMPERAIRE, L. Povos e produtos da floresta na Amazônia: o enfoque multidisciplinar do extrativismo, In: VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de Recursos Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo, Cortez, 2002.
- RÊGO, José Fernandes do (coord.). **Análise econômica de sistemas básicos de produção familiar rural no vale do Acre**. Rio Branco: UFAC, 1996. 53 p. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da UFAC) Disponível em: <<http://www.ufac.br/aspf/index.htm>>.
- _____. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 25. n. 147, p. 62-65, mar. 1999.



SÁ FILHO, Gumercindo Martins de. A reserva extrativista que conquistamos, manual do brabo. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002

SANTOS, T.C.C. & Câmara, J.B.D. (org.). 2002. GEO Brasil 2002 - **Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil**. Brasília: Edições Ibama.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1984.

SNUC. 2000. Lei 9985/00.

TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V. Por que o mundo necessita de parques? In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C.; DAVENPORT, L; RAO, M. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR; Fundação o Boticário, 2002.

VALOIS, Afonso Celso Candeira. **Benefícios e estratégias de utilização sustentável da Amazonia** / Afonso Celso Candeira Valois. - Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2003.